

A Europa já fez sonhar, mas a esplêndida idade da inocência acabou irremediavelmente. A famosa alma europeia, o espírito europeu que ainda há anos atrás inflamavam tantas imaginações parecem reduzidos a uma preciosidade quase *kitsch*, descarnada e desanimada. A Europa é vista hoje, cada vez mais, como um mero espaço mercantil e um instrumento utilitário, sobretudo por aqueles que a ela chegaram mais recentemente. Ao mesmo tempo, tornou-se um fardo pesado que se carrega com manifesta contrariedade, uma entidade que suscita insegurança e impotência, um pretexto para justificar os bloqueios e as crises internas de vários Estados membros, não apenas no plano económico mas também no que se refere à sustentabilidade do «modelo social» e, finalmente, à imigração, área onde as crises xenófobas ameaçam desenvolver-se.

É sintomático que uma tentativa crucial de resposta ao défice político e democrático da União, o Tratado Constitucional, tenha sido claramente rejeitada em dois países nevrálgicos do projecto europeu, a França e a Holanda. Ora, a questão é que esse défice político e democrático já se tinha prolongado tempo demais, e que a existência de uma Europa bicéfala (um monstro económico e um anão político) foi sendo progressivamente interiorizada como um facto insolúvel por uma massa crescente de cidadãos europeus.

### A Europa já fez sonhar, mas a esplêndida idade da inocência acabou irremediavelmente.

O alargamento sem aprofundamento prévio do núcleo mais consistente da União diluiu ainda mais a coerência e a coesão política do edifício comunitário. Construíram-se novos andares sobre fundações a que faltava a solidez do cimento, numa empreitada voluntarista sem verdadeiro plano arquitectónico. Entretanto, o Tratado Constitucional, pensado para responder à falta de espessura política e ao défice democrático europeu, teve um laborioso processo de redacção que gerou um novo monstro. Pior do que isso: o Tratado-fantasma que quase ninguém lera acabou por alimentar os argumentos mais demagógicos e populistas de rejeição (embora os incuráveis europeístas, como eu, estivessem dispostos a votar a seu favor em desespero de causa – o que é, como se sabe, o mais constrangedor dos motivos).

Se apenas um escassíssimo número de iniciados se predis põs a ler o Tratado foi porque tudo parece ter sido feito para que ele fosse literalmente ilegível. Também por causa disso, em vez de proporcionar mobilização e adesão, o Tratado afastou os cidadãos e alimentou neles o sentimento de que o castelo europeu – por mais democrático e transparente

## ■ Encontro entre Portugal e a Europa

Rosalina Oliveira . IEI

*«A adesão de Portugal à Comunidade Europeia representou o termo de um capítulo iniciado com a Revolução do 25 de Abril. Tendo reconquistado a liberdade, Portugal optava conscientemente pela Europa para consolidar a sua democracia. A Europa, por seu lado, acolhia com solidariedade exemplar um membro de pleno direito da sua família.»<sup>1</sup>*

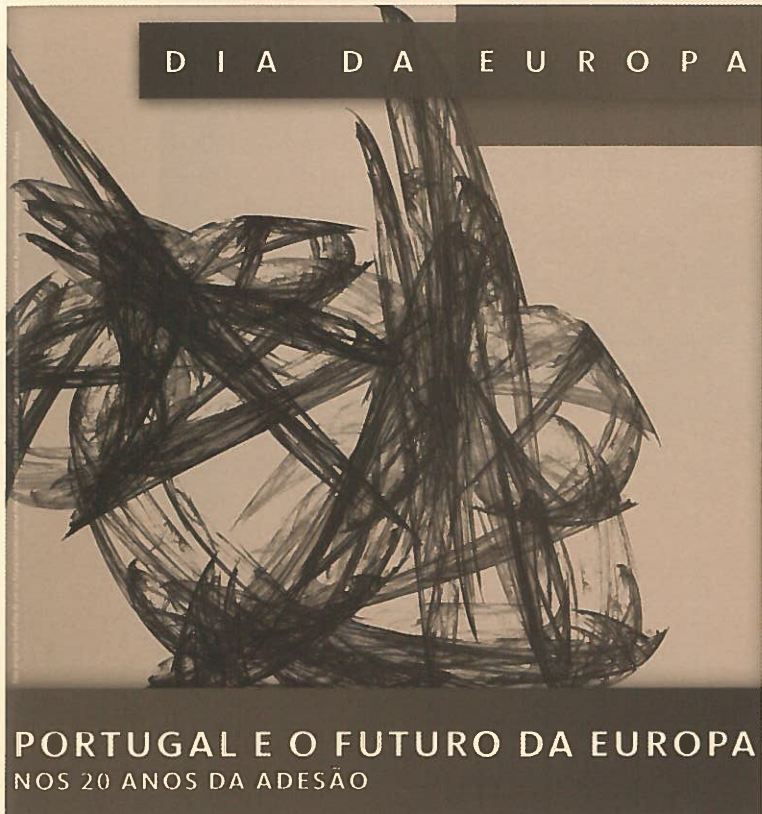
A 1 de Janeiro de 1986 Portugal tornava-se membro pleno das Comunidades Europeias. A Europa foi a via encontrada pelos líderes portugueses para tornar o seu jovem regime democrático mais sólido e estável, e a integração de Portugal na UE foi também o mais importante factor de crescimento económico e de melhoria da qualidade de vida dos portugueses, favorecendo o marco competitivo e consolidando um modelo económico e social compatível com as democracias ocidentais.

Durante estes vinte anos de integração, Portugal conseguiu fazer-se ouvir na cena internacional, aumentando a sua capacidade de influência no mundo. O empenho depositado no processo permanente de construção europeia é, pois, visível em vários aspectos.

É hoje uma ideia comum que a Europa está em «crise». Mas a história da Europa é pautada por diversas crises, sem as quais não seria possível alcançar progressos e/ou corrigir situações menos favoráveis ao projecto de união política: «A verdade é que muito daquilo a que chamamos hoje sintomas de crise são, em grande medida, o resultado de um enorme sucesso: se é preciso encontrar formas mais eficientes de gerir uma União alargada, é porque a UE é um êxito de cujas vantagens outros querem usufruir, em nome da paz, da estabilidade e do progresso social e económico(...)».<sup>2</sup> Em grande parte, a palavra «crise» utilizada recentemente, um pouco de forma generalizada, deve-se à rejeição do projecto de Tratado Constitucional por dois dos membros fundadores da União, a França e a Holanda, quando, em referendo, os seus cidadãos foram chamados a pronunciar-se. Os resultados foram visíveis e o projecto não passou. Poderá esta situação denotar falta de informação por parte dos cidadãos europeus? Não poderá ainda querer dizer que os povos europeus estão de tal forma exigentes que se a União até aqui tem correspondido aos seus anseios, é justo que eles se pronunciem contra o processo de integração quando vêem que a Europa não está a satisfazer convenientemente as suas necessidades e/ou expectativas? Quanto à primeira hipótese, a mais pessimista, mas não menos válida, quer dizer que deverá haver um maior empenho das classes políticas nacionais em esclarecer os seus cidadãos sobre o que se passa na Europa e sobre o seu funcionamento. Já o segundo cenário que se apresentou, o mais optimista e euro-centrado, tem em conta que a Europa tem conquistado os cidadãos e tem sabido dar resposta às suas preocupações relativas, por exemplo, ao desemprego, à segurança ou à competição internacional que cada vez com maior intensidade se faz sentir. Mas «crise», já dizia Eça de Queirós, «é a condição quase regular da Europa», quando descrevia a situação das potências europeias, no século XIX.<sup>3</sup>



## D I A D A E U R O P A



Apesar das crises, a Europa tem mantido o seu rumo e tem avançado em variadas áreas, nomeadamente, na aprovação do quadro financeiro 2007-2013, na revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no relançamento da Estratégia de Lisboa, estando também em discussão uma estratégia energética comum para a Europa. No entanto, e eis que se levanta uma importante questão, as acções da União têm que inspirar confiança aos cidadãos. Tal como refere Durão Barroso, «é preciso tranquilizar os cidadãos naquilo que são as suas legítimas preocupações (...) e demonstrar as vantagens e o papel insubstituível da Europa na era da globalização».

No que se refere ao último alargamento, o maior em dimensão até hoje, poderá também ter favorecido o desenvolvimento de um sentimento de medo nos cidadãos europeus: medo de que os novos cidadãos lhes tirem o emprego ou causem maior insegurança. A segurança é cada vez mais uma preocupação dos cidadãos europeus, mas é certo que a Europa não pode fechar as portas aos países que dela fazem parte por herança histórica, devendo sim fazer cumprir os critérios necessários a novas adesões. ■

<sup>1</sup> Discurso do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, por ocasião do Seminário do Dia da Europa, organizado pelo IEEI, em parceria com a Representação em Portugal da Comissão Europeia, com o Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e com o jornal *Público*, 8 de Maio de 2006.

<sup>2</sup> Discurso proferido por Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República, por ocasião do Seminário do Dia da Europa, a 8 de Maio de 2006, no Centro Cultural de Belém.

<sup>3</sup> Referência feita pelo Presidente da Comissão Europeia no seu discurso no Seminário do Dia da Europa 2006.

que pretendesse vir a ser – se mostrava afinal definitivamente opaco e intangível. Assistimos assim a um clássico efeito de *boomerang*, ao feitiço que se volta contra o feiticeiro. A pedra de toque da Europa política, da democratização e da transparência das suas instituições, o documento federador de uma afirmação transnacional que desse conteúdo à Europa como potência, virou-se contra os propósitos dos seus criadores. Em vez de promover um sentimento de euro-optimismo, deu rédea solta à expansão do sentimento eurocéptico. Mas o mais extraordinário ainda é que quase ninguém, entre as elites dirigentes europeias, se tivesse dado conta disso, como se estivesse inscrita neste percurso – como, aliás, em tantos outros que têm marcado o processo europeu – a fatalidade de uma lógica cega, um ensimesmamento irreduzível, uma incapacidade de prever os riscos evidentes de tal deriva. É a Europa-laboratório funcionando em circuito fechado, encerrada nas construções abstractas dos seus artífices, sobranceira e insensível aos sinais do mundo exterior, de costas voltadas para a vivência concreta dos cidadãos.

Se apenas um escassíssimo número de iniciados se predispôs a ler o Tratado foi porque tudo parece ter sido feito para que ele fosse literalmente ilegível.

Pode dizer-se que o Tratado Constitucional está morto e enterrado, que é preciso aprender com as lições do seu fracasso, encontrar saídas para o impasse e dar à Europa um novo *élan*. Como europeísta confesso e optimista histórico que ainda sou, gostaria genuinamente de acreditar nisso. Só que não encontro na actual paisagem europeia sinais minimamente animadores que sustentem o chamado «optimismo da vontade». E a questão já ultrapassa, de longe, a querela constitucional, a discussão sobre o défice democrático, a reforma das instituições comunitárias e a criação de uma entidade com forte legitimidade representativa para encarnar a vontade comum de uma Europa-potência e polo de equilíbrio no mundo globalizado de hoje.

O agravamento das crises nacionais no interior do velho núcleo duro europeu (de que é paradigmático o caso francês) aponta claramente para um bloqueio durável da União. E não parece que a actual geração de dirigentes europeus – que até agora se mostrou incapaz de apresentar respostas para os impasses internos e externos – esteja à altura do sobressalto indispensável à revitalização da ideia europeia. Encontramo-nos ainda longe, infelizmente, do «cérebro europeu» desejado por Garton Ash. Em contrapartida, e citando novamente o historiador britânico, «corremos o risco de que desapareça aquilo que já foi feito na Europa». ■